

Sumário

Prefácio, xvii

- 1 NOÇÕES PREAMBULARES, 1
 - 1 Sociedade, direito e processo, 1
 - 2 Importância do estudo da Teoria Geral do Direito como preparação para o conhecimento do direito processual, 2
 - 2.1 Conceito de sistema, 3
 - 2.2 Conceito de norma, 3
 - 2.3 Princípio e regra, 4
 - 3 Conceitos elementares de Direito Processual Civil, 6

Bibliografia específica, 7
- 2 O DIREITO PROCESSUAL CIVIL NO UNIVERSO JURÍDICO, 8
 - 1 Direito material e direito processual, 8
 - 2 Ramos do direito processual, 8
 - 3 Conceito de Direito Processual Civil, 9
 - 4 Autonomia do Direito Processual Civil, 9
 - 5 Relação entre o Direito Processual Civil e outros ramos do Direito, 9
 - 6 Fontes do Direito Processual Civil, 10
 - 6.1 Conceito, 10
 - 6.2 Fontes formais do direito, 11
 - 6.3 A lei como fonte principal do Direito Processual Civil, 11
 - 6.4 Analogia, costumes, princípios gerais de direito, doutrina e jurisprudência, 12

- 7 Interpretação das normas processuais, 13
 - 7.1 Conceito de interpretação, 13
 - 7.2 Métodos ou técnicas de interpretação, 13
 - 7.3 Métodos teleológico e sistemático, 14
- 8 Conflitos de leis no tempo. Direito intertemporal, 15
 - 8.1 Considerações gerais, 15
 - 8.2 Princípio da irretroatividade das leis, 15
 - 8.3 Princípio da irretroatividade no processo civil, 16
 - 8.4 Processos findos e processos pendentes, 17
 - 8.5 Disposições particulares sobre o direito de ação, os prazos processuais, as nulidades, os recursos e a execução, 17

Bibliografia específica, 18

- 3 TUTELA JURISDICIONAL, 19
 - 1 Conceito de tutela jurisdicional, 19
 - 2 Espécies de tutela jurisdicional, 20
 - 3 Tutela de urgência, 23
 - 4 Tutela de evidência, 24
 - 5 Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu, 25
 - 6 Tutela jurisdicional e efetividade do processo, 26

Bibliografia específica, 28

- 4 BREVE NOTÍCIA HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL, 29
 - 1 Processo civil romano, 29
 - 1.1 Período das *legis actiones*, 30
 - 1.2 Período formular, 31
 - 1.3 *A cognitio extraordinaria*, 33
 - 2 Evolução do Direito Processual Civil, 34
 - 3 O Direito Processual Civil no Brasil, 35
 - 4 Visão moderna do Direito Processual Civil, 37

Bibliografia específica, 37

- 5 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL. O MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO, 38
 - 1 Considerações gerais, 38
 - 2 Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (direito de ação), 39
 - 3 Princípio do devido processo legal, 41
 - 4 Princípio do contraditório e princípio da ampla defesa, 42

- 5 Princípio da igualdade de tratamento das partes, 45
 - 6 Princípio do juiz natural, 47
 - 7 Princípio da proibição das provas ilícitas, 50
 - 8 Princípio da publicidade dos atos processuais, 52
 - 9 Princípio do duplo grau de jurisdição, 53
 - 10 Princípio da motivação das decisões judiciais, 55
- Bibliografia específica*, 58

6 PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO PROCESSO CIVIL, 59

- 1 Considerações gerais, 59
 - 2 Princípio dispositivo, 59
 - 3 Princípio da congruência entre o pedido e a sentença, 60
 - 4 Princípio da oralidade, 63
 - 4.1 Subprincípios da oralidade (identidade física, imediatidade e concentração), 63
 - 5 Princípio da economia processual, 64
 - 6 Princípio da lealdade processual, 64
 - 7 Princípio da efetividade, 65
 - 8 Princípio da instrumentalidade, 65
- Bibliografia específica*, 65

7 INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL, 67

- 1 Jurisdição, 67
 - 1.1 Conceito e espécies, 67
 - 1.2 Natureza da jurisdição, 68
 - 1.3 Características da jurisdição. Diferença entre atividade jurisdicional e atividade administrativa, 69
 - 1.4 Poderes inerentes à jurisdição, 72
 - 1.5 Órgãos da jurisdição, 73
 - 1.5.1 Considerações gerais, 73
 - 1.5.2 Estrutura judiciária brasileira, 73
 - 1.5.3 Foro e juízo, 74
 - 1.5.4 Composição dos juízos de primeira e de segunda instância (tribunais), 75
- 2 Ação, 75
 - 2.1 Conceito, 75
 - 2.2 Elementos da ação, 77
 - 2.2.1 Partes. Capacidade processual, 77
 - 2.2.1.1 Conceito de partes, 77

- 2.2.1.2 Parte e parte legítima, 78
- 2.2.1.3 Capacidade processual, 78
- 2.2.1.4 Capacidade e legitimidade, 79
- 2.2.1.5 Legitimidade para a causa e legitimidade *ad processum*, 80
- 2.2.1.6 Poderes, deveres e ônus das partes, 80
- 2.2.2 Causa de pedir, 83
- 2.2.3 Pedido, 85
 - 2.2.3.1 Espécies de pedido, 88
 - 2.2.3.2 Cumulação de pedidos, 88
- 2.3 Condições da ação, 90
 - 2.3.1 Conceito, 90
 - 2.3.2 Natureza das condições da ação, 93
 - 2.3.3 Carência de ação, 95
 - 2.3.4 Momento em que devem estar presentes as condições da ação, 96
 - 2.3.5 Conhecimento, de ofício, das condições da ação pelo tribunal, 96
- 2.4 Classificação das ações (ou das tutelas), 97
- 2.5 Identificação das ações. Litispendência. Conexão. Continência, 97
- 3 Processo, 100
 - 3.1 Conceito, 100
 - 3.2 Natureza jurídica, 101
 - 3.2.1 Natureza contratual, 101
 - 3.2.2 Situação jurídica, 101
 - 3.2.3 O processo como instituição, 102
 - 3.2.4 Relação jurídica, 102
 - 3.3 Pressupostos processuais, 103
 - 3.3.1 Conceito, 103
 - 3.3.2 Pressupostos processuais de constituição, 103
 - 3.3.3 Pressupostos processuais de validade e desenvolvimento, 103
 - 3.4 Espécies de processo, 104
- Bibliografia específica*, 105
- 8 COMPETÊNCIA, 106
 - 1 Conceito, 106
 - 2 Competência internacional e competência interna, 107

- 3 Regras de competência internacional, 107
 - 4 Regras de competência interna, 109
 - 5 Determinação da competência, 109
 - 6 Competência do Supremo Tribunal Federal, 110
 - 7 Competência do Superior Tribunal de Justiça, 111
 - 8 Competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual, 112
 - 9 Competência dos juízes federais e estaduais, 112
 - 10 Critérios para determinação da competência, 113
 - 10.1 Considerações gerais, 113
 - 10.2 Competência objetiva em razão da matéria, 114
 - 10.3 Competência objetiva em razão do valor, 114
 - 10.4 Competência funcional, 115
 - 10.5 Competência territorial, 115
 - 10.5.1 Foro comum, 115
 - 11 Competência de foro e competência de juízo, 116
 - 11.1 Conceito de foro e de juízo, 116
 - 11.2 Competência de foro, 117
 - 11.3 Competência de juízo, 117
 - 11.4 Foro geral e foros especiais, 118
 - 11.4.1 Foro geral, 118
 - 11.4.2 Foro da situação do imóvel (art. 95 do CPC), 119
 - 11.4.3 Foros especiais, 121
 - 11.4.3.1 Foro de inventário, 121
 - 11.4.3.2 Foro do ausente e do incapaz, 122
 - 11.4.3.3 Foro da União e dos Territórios, 122
 - 11.4.3.4 Outros foros especiais (art. 100 do CPC), 123
 - 12 Competência absoluta e competência relativa. Modificações da competência relativa, 126
 - 12.1 Declaração da incompetência absoluta, 126
 - 12.2 Declaração da incompetência relativa. A exceção declinatoria do foro, 127
 - 13 Prevenção de competência, 128
 - 13.1 Conceito de prevenção de competência, 128
 - 13.2 Prevenção de competência em primeira e segunda instâncias, 129
 - 13.3 O aparente conflito entre os arts. 106 e 219 do CPC, 129
 - 14 Perpetuação da competência, 130
 - 15 Conflito de competência, 131
- Bibliografia específica*, 132

- 9 PROCEDIMENTO, 133
 - 1 Diferença entre processo e procedimento, 133
 - 2 Escolha do procedimento, 134
 - 3 Escolha do tipo de processo, 135
 - Bibliografia específica*, 135

- 10 O JUIZ NO PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO, 136
 - 1 Considerações gerais, 136
 - 2 Natureza jurídica da figura do juiz, 137
 - 3 Garantias da magistratura, 137
 - 4 Restrições (ou vedações), 139
 - 5 Ingresso na carreira e garantias, 140
 - 6 Poderes do juiz, 141
 - 6.1 Conceito, 141
 - 6.2 Classificação, 141
 - 7 Deveres do juiz. Princípio da igualdade de tratamento. Repressão à litigância de má-fé. Tentativa de conciliação, 143
 - 8 Responsabilidade civil do juiz, 146
 - Bibliografia específica*, 148

- 11 MINISTÉRIO PÚBLICO, 149
 - 1 Origem, 149
 - 2 Natureza, 149
 - 3 Funções, 150
 - 4 Ministério Público como fiscal da lei, 151
 - 5 Ministério Público e interesses difusos, 151
 - 6 Atuação do Ministério Público como parte, 152
 - 7 Atuação como substituto processual, 152
 - 8 Conseqüências da não-intervenção do MP, 152
 - 9 Casuística da intervenção do MP, 153
 - Bibliografia específica*, 154

- 12 AUXILIARES DA JUSTIÇA, 155
 - 1 Considerações gerais, 155
 - 2 Escrivão, 155
 - 3 Oficial de justiça, 156
 - 4 Perito judicial, 156
 - 5 Conciliadores e juízes leigos, 157
 - Bibliografia específica*, 157

13 ADVOGADO, 158

- 1 Conceito, 158
- 2 Natureza da função do advogado, 159
- 3 Requisitos para o exercício da advocacia, 159
- 4 Incompatibilidades e impedimentos para o exercício da advocacia, 160
- 5 Direitos e deveres dos advogados, 160
- 6 Relações entre o advogado e a parte, 161

Bibliografia específica, 162

14 ATOS PROCESSUAIS, 164

- 1 Conceito, 164
- 2 Atos do juiz, 164
 - 2.1 Considerações gerais, 164
 - 2.2 Espécies de atos judiciais, 165
 - 2.3 Atos cognitivos, executivos e cautelares, 166
 - 2.4 Necessidade de fundamentação dos atos judiciais, 166
 - 2.5 Recursos dos atos judiciais, 167
- 3 Atos das partes, 167
 - 3.1 Atos postulatórios, 168
 - 3.2 Atos instrutórios, 168
 - 3.3 Atos de mera manifestação, 169
 - 3.4 Atos dos auxiliares da justiça, 169
 - 3.5 Atos de informação (comunicação) processual, 170
 - 3.5.1 Considerações gerais, 170
 - 3.5.2 Citação, 171
 - 3.5.3 Intimação, 171

Bibliografia específica, 172

15 PRAZOS PROCESSUAIS. PRECLUSÃO, 173

- 1 Conceito, 173
- 2 Espécies de prazos, 173
- 3 Princípio da continuidade dos prazos, 175
- 4 Conseqüência da inobservância dos prazos processuais. Preclusão temporal, 175
- 5 Início do prazo e início da contagem do prazo, 176
- 6 Contagem dos prazos, 176
- 7 Disposições particulares sobre prazos, 177
- 8 Verificação dos prazos e penalidades, 178
- 9 Preclusão processual civil, 178

Bibliografia específica, 179

16 NULIDADES PROCESSUAIS, 181

- 1 Considerações gerais, 181
- 2 Princípios que regem as nulidades processuais, 182
- 3 Espécies: atos inexistentes, nulidades absolutas, nulidades relativas e irregularidades, 183
- 4 Nulidades absolutas, 183
- 5 Nulidades relativas, 184
- 6 Nulidades cominadas e não cominadas, 184
- 7 Irregularidades, 185
- 8 Disposições legais sobre nulidades, 185

Bibliografia específica, 187

17 SUCESSÃO E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL, 188

- 1 Conceito de sucessão e substituição processual, 188
- 2 O equívoco cometido pelo CPC, 188
- 3 Efeitos da sucessão e da substituição, 189
- 4 Substituição em caso de alienação de coisa litigiosa, 189

Bibliografia específica, 190

18 LITISCONSÓRCIO, 191

- 1 Conceito, 191
- 2 Justificativa do litisconsórcio, 191
- 3 Espécies, 192
- 4 Combinações entre as várias espécies de litisconsórcio, 193
- 5 Litisconsórcio facultativo, 194
 - 5.1 Considerações gerais, 194
 - 5.2 Hipóteses de litisconsórcio facultativo, 195
 - 5.2.1 Comunhão de direitos ou de obrigações (art. 46, I), 195
 - 5.2.2 Identidade de fundamento de fato, 196
 - 5.2.3 Identidade de fundamento de direito, 196
 - 5.2.4 Conexão de causas, 196
 - 5.2.5 Afinidade de questões por um ponto comum de fato e de direito, 198
- 6 Litisconsórcio necessário, 198
 - 6.1 Conceito, 198
 - 6.2 Disciplina legal do litisconsórcio necessário, 199
 - 6.3 Regra geral da independência dos litisconsortes, 200
- 7 Espécies menos comuns de litisconsórcio: litisconsórcio multitudinário e litisconsórcio facultativo ulterior, 201

- 7.1 Litisconsórcio multitudinário, 201
- 7.2 Litisconsórcio ulterior, 202
- 8 Poderes do juiz nas várias espécies de litisconsórcio, 202
- 9 Conseqüências da falta de citação dos litisconsortes necessários, 203
- Bibliografia específica*, 203

- 19 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, 204
 - 1 Considerações gerais, 204
 - 2 Terceiros e espécies de intervenção de terceiros, 204
 - 3 Assistência, 205
 - 3.1 Assistência simples, 205
 - 3.2 Assistência litisconsorcial, 206
 - 3.3 Natureza e regime jurídico da assistência simples e da litisconsorcial, 207
 - 3.4 Assistência e extinção do processo, 207
 - 3.5 Assistência e revelia, 208
 - 3.6 Assistência nas várias espécies de processo, 208
 - 4 Oposição, 209
 - 4.1 Conceito, 209
 - 4.2 Natureza jurídica, 209
 - 4.3 Requisitos, 210
 - 4.4 Facultatividade da oposição, 210
 - 4.5 Objeto da oposição, 210
 - 4.6 Procedimento, 210
 - 5 Nomeação à autoria, 211
 - 5.1 Conceito, 211
 - 5.2 Natureza jurídica, 211
 - 5.3 Cabimento, 211
 - 5.4 Procedimento, 212
 - 5.5 Aceitação ou recusa da nomeação, 212
 - 5.6 Silêncio do autor, 212
 - 5.7 Ausência de manifestação do nomeado, 212
 - 5.8 Responsabilidade por perdas e danos por falta de nomeação ou por nomeação de pessoa errada, 213
 - 6 Denúnciação da lide, 213
 - 6.1 Conceito, 213
 - 6.2 Denominação, 214
 - 6.3 Natureza jurídica, 214
 - 6.4 Requisitos da denúnciação, 214

- 6.5 Finalidade da denunciação da lide, 215
- 6.6 Hipóteses de denunciação da lide, 215
 - 6.6.1 Inciso I, 215
 - 6.6.2 Inciso II, 216
 - 6.6.3 Inciso III, 217
- 6.7 Facultatividade ou obrigatoriedade da denunciação?, 218
- 6.8 Posição do denunciado no processo, 219
- 6.9 Procedimento, 220
- 6.10 Denúncias sucessivas, 220
- 6.11 Denúnciação da lide na execução e no processo cautelar, 221
- 6.12 Sentença na denunciação da lide, 222
- 7 Chamamento ao processo, 223
 - 7.1 Conceito, 223
 - 7.2 Natureza do chamamento ao processo, 223
 - 7.3 Hipóteses de chamamento ao processo, 223
 - 7.4 Procedimento, 224
 - 7.5 Sentença no chamamento ao processo, 225
 - 7.6 Chamamento ao processo na execução, 225

Bibliografia específica, 225

- 20 REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E DOS TERCEIROS EM JUÍZO, 227
 - 1 Considerações gerais, 227
 - 2 Absolutamente incapazes e relativamente incapazes, 227
 - 3 Representação pela outorga de mandato, 228
 - 4 Representação das pessoas jurídicas, 228
 - 5 Representação dos entes sem personalidade jurídica, 229

Bibliografia específica, 230

Apêndice: ASPECTOS DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO NO SÉCULO XXI, 231

Bibliografia geral, 245

Índice remissivo, 263



Sumário

Nota ao segundo volume, xix

1 ESPÉCIES DE PROCESSO, 1

- 1 Considerações gerais, 1
 - 2 Processo de conhecimento, 2
 - 3 Processo de execução, 2
 - 4 Processo cautelar, 2
 - 5 Outras espécies de processo, 2
- Bibliografia específica, 3*

2 PROCESSO DE CONHECIMENTO, 4

- 1 Conceito, 4
 - 2 Procedimento, 4
 - 3 Procedimento sumário, 5
 - 3.1 Conceito e cabimento, 5
 - 3.2 Atos do procedimento sumário, 7
 - 3.3 Documentação dos atos realizados em audiência, 8
 - 3.4 Intervenção de terceiros no procedimento sumário, 8
 - 4 Procedimento ordinário (padrão), 9
- Bibliografia específica, 9*

* 3 PETIÇÃO INICIAL, 10

- 1 Conceito, 10

- 2 Requisitos, 10
- 3 Emenda da petição inicial, 16
- 4 Do pedido, 17
 - 4.1 Espécies, 17
 - 4.2 Cúmulo (cumulação) de pedidos, 18
 - 4.3 Aditamento ao pedido, 19
 - 4.4 Interpretação do pedido, 19
 - 4.5 Princípio da congruência entre o pedido e a sentença, 20
- 5 Distribuição e registro da petição inicial, 22
- 6 Indeferimento da petição inicial, 23
 - Bibliografia específica*, 23

- 4 CITAÇÃO, 24
 - 1 Conceito, 24
 - 2 Natureza jurídica, 24
 - 3 Espécies de citação, 25
 - 4 Efeitos da citação, 28
 - 5 Comparecimento do réu a juízo, 31
 - Bibliografia específica*, 31

- 5 INTIMAÇÃO, 32
 - 1 Conceito, 32
 - 2 Forma, 32
 - 3 Requisitos para a validade das intimações, 33
 - Bibliografia específica*, 34

- 6 RESPOSTA DO RÉU. CONTESTAÇÃO. EXCEÇÕES PROCESSUAIS. RECONVENÇÃO, 35
 - 1 Princípios do contraditório e da ampla defesa, 35
 - 2 Possíveis atitudes do réu no processo civil, 35
 - 3 Contestação, 36
 - 3.1 Conceito e natureza, 36
 - 3.2 Conteúdo da contestação, 36
 - 3.3 Defesa de caráter processual, 36
 - 3.4 Defesa de mérito, 41
 - 3.5 Contestação e princípio da eventualidade, 42

- 3.6 Admissibilidade de alegações do réu após a contestação, 42
- 4 Exceções processuais, 43
 - 4.1 Conceito, 43
 - 4.2 Exceções de suspeição, impedimento e incompetência, 43
 - 4.3 Exceção de incompetência, 44
 - 4.4 Procedimento das exceções processuais, 45
 - 4.5 Efeito suspensivo da arguição de suspeição, impedimento e incompetência, 45
- 5 Reconvenção, 46
 - 5.1 Conceito, 46
 - 5.2 Natureza, 46
 - 5.3 Requisitos, 47
 - 5.4 Facultatividade da reconvenção, 47
 - 5.5 Autonomia da reconvenção, 48
 - 5.6 Procedimento, 48
 - 5.7 Reconvenção e procedimentos especiais, 48
 - 5.8 Descabimento da reconvenção nas ações dúplices, 48
 - 5.9 Recurso cabível contra o indeferimento liminar da reconvenção, 49

Bibliografia específica, 49

7 AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL, 50

- 1 Considerações preambulares, 50
- 2 Conceito de ação declaratória. Ação declaratória incidental, 51
- 3 Ação declaratória incidental proposta pelo réu, 51
- 4 Requisitos da ação declaratória incidental, 52
- 5 Sentença na ação declaratória incidental, 53

Bibliografia específica, 53

8 REVELIA, 54

- 1 Conceito, 54
- 2 Efeitos da revelia, 55
- 3 Hipóteses em que a revelia não produz o efeito do art. 319 do CPC, 56
- 4 Participação do revel no processo, 57
- 5 Proibição de alteração do pedido ou da causa de pedir, 58

Bibliografia específica, 58

9 RÉPLICA DO AUTOR, 59

Bibliografia específica, 60

10 ALTERAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR E DO PEDIDO, 61

1 Princípio da estabilização da demanda, 61

2 Alteração da inicial antes da citação, 61

3 Alteração após a citação, 62

Bibliografia específica, 63

11 TUTELA ANTECIPADA, 64

1 Conceito, 64

2 Natureza, 64

3 Objeto, 65

4 Tutela antecipada de pedido incontroverso, 66

4.1 Conceito, 66

4.2 Natureza, 66

5 Requisitos, 67

6 Reversibilidade da tutela antecipada, 68

7 Concessão da tutela antecipada sem ouvir o réu (*inaudita altera parte*), 69

8 Momento de concessão da tutela, 69

9 Processos e procedimentos que admitem a tutela antecipada, 69

10 Revogabilidade da tutela antecipada, 70

11 Fungibilidade, 70

12 Execução (efetivação) da tutela antecipada, 72

13 Tutela específica dos arts. 461 e 461-A do CPC, 72

13.1 Considerações gerais, 72

13.2 Antecipação da tutela específica, 73

13.3 Requisitos, 73

13.4 Conversão da execução específica em perdas e danos, 74

13.5 Multa diária, 74

13.6 Medidas de apoio, 75

13.7 Aplicação subsidiária, à tutela específica, das disposições do art. 273, 75

13.8 Tutela específica no direito contratual, 76

13.9 Tutela antecipada contra a Fazenda Pública, 76

Bibliografia específica, 77

12 SUSPENSÃO DO PROCESSO, 78

- 1 Considerações gerais, 78
- 2 Hipóteses de suspensão do processo, 78
- 3 Prazo de suspensão do processo, 81
- 4 Nulidade dos atos praticados durante a suspensão do processo, 81

Bibliografia específica, 81

13 JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO, 82

- 1 Conceito, 82
- 2 Espécies de julgamento conforme o estado do processo, 82
 - 2.1 Extinção do processo e julgamento antecipado da lide, 82
 - 2.2 Extinção do processo sem julgamento de mérito, 83
 - 2.3 Julgamento do mérito, 85

Bibliografia específica, 87

14 JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE (ART. 330 DO CPC), 88

- 1 Conceito, 88
- 2 Natureza do julgamento antecipado da lide, 89
- 3 Requisitos para o julgamento antecipado da lide, 89
- 4 Julgamento antecipado da lide e tutela antecipada, 89
- 5 Julgamento antecipado e julgamento precipitado. Cerceamento de defesa, 90
- 6 Julgamento antecipado da lide após a prova pericial, 90

Bibliografia específica, 90

15 AUDIÊNCIA PRELIMINAR (ART. 331 DO CPC), 92

- 1 Conceito, 92
- 2 Finalidade da audiência preliminar, 93
- 3 Dispensa da audiência preliminar, 93
- 4 Audiência preliminar, princípio do contraditório e efetividade do processo, 93

Bibliografia específica, 94

16 TEORIA GERAL DA PROVA, 95

- 1 Conceito de prova, 95
- 2 Objeto da prova (o que precisa ser provado), 96

- 2.1 Considerações gerais, 96
- 2.2 Prova do direito, 96
- 2.3 Prova da negativa, 97
- 2.4 Fatos notórios, 97
- 2.5 Fatos imorais, 98
- 2.6 Provas ilícitas, 98
- 3 Ônus da prova, 99
 - 3.1 Considerações gerais, 99
 - 3.2 Conceito de ônus. Diferença entre ônus e dever, 99
 - 3.3 Ônus da prova, 99
 - 3.4 Inversão do ônus da prova, 101
 - 3.5 O ônus da prova é regra de instrução ou de julgamento?, 101
 - 3.6 Ônus da prova no Código do Consumidor, 102
- 4 O papel do juiz na instrução probatória, 102
- 5 Avaliação das provas, 103
- 6 Máximas de experiência, 104
- 7 Indícios e presunções, 105
- Bibliografia específica, 105*

- 17 MEIOS DE PROVA, 107
 - 1 Conceito, 107
 - Bibliografia específica, 107*

- 18 CONFISSÃO, 108
 - 1 Conceito, 108
 - 2 Requisitos para a validade da confissão, 108
 - 3 Características da confissão, 109
 - 4 Espécies, 109
 - 5 Valor da confissão, 109
 - Bibliografia específica, 109*

- 19 DEPOIMENTO PESSOAL, 110
 - 1 Conceito, 110
 - 2 Diferença entre depoimento pessoal e interrogatório livre, 110
 - 3 Pena de confissão, 111
 - 4 Representação por procurador, 111

- 5 Condução coercitiva da parte, 111
- 6 Participação de advogados no interrogatório livre, 112
- 7 Depoimento pessoal por precatória, 112
- Bibliografia específica*, 112

- 20 PROVA DOCUMENTAL, 113
 - 1 Considerações gerais, 113
 - 2 Diferença entre *documento*, *declaração* e *instrumento*, 113
 - 3 Espécies de documento, 114
 - 4 Produção da prova documental, 115
 - 5 Incidente de falsidade (ação declaratória incidental de falsidade), 116
 - 5.1 Conceito, 116
 - 5.2 Objeto do incidente de falsidade, 117
 - 5.3 Procedimento, 117
 - 5.4 Decisão do incidente, 118
 - 5.5 Exibição de documento, 118
 - 5.6 Exame de livros comerciais, 118
 - 5.7 Requisição de informações a órgãos públicos, 119
 - Bibliografia específica*, 119

- 21 PROVA TESTEMUNHAL, 121
 - 1 Conceito, 121
 - 2 Testemunha e testemunho, 121
 - 3 Incapacidade, impedimento e suspeição para depor, 122
 - 4 Restrições à prova testemunhal, 122
 - 5 Número de testemunhas. Valor do depoimento de uma única testemunha, 124
 - 6 Conceito de começo de prova por escrito, 124
 - 7 Produção da prova testemunhal, 124
 - 8 O juiz e a avaliação da prova testemunhal, 126
 - Bibliografia específica*, 126

- 22 PROVA PERICIAL, 128
 - 1 Conceito, 128
 - 2 Espécies de perícia, 128
 - 3 Admissibilidade da prova pericial, 129

- 4 Indispensabilidade da prova pericial em alguns processos, 130
 - 5 A figura do perito, 130
 - 6 Funções do perito e dos assistentes técnicos, 131
 - 7 O juiz e a prova pericial, 132
 - 8 Procedimento, 132
 - 9 Salários periciais, 133
 - 10 Avaliação da prova pericial. Segunda perícia, 134
 - Bibliografia específica*, 135
- 23 INSPEÇÃO JUDICIAL, 136
- 1 Conceito, 136
 - 2 A inspeção judicial é meio de prova?, 136
 - 3 Riscos da inspeção, 137
 - 4 Procedimento, 137
 - 5 Avaliação, 137
 - Bibliografia específica*, 138
- 24 AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, 139
- 1 Conceito, 139
 - 2 Conteúdo da audiência de instrução e julgamento, 139
 - 3 Unicidade da audiência de instrução e julgamento, 140
 - Bibliografia específica*, 141
- 25 SENTENÇA, 142
- 1 Conceito, 142
 - 2 Natureza jurídica da sentença, 143
 - 3 Classificação das sentenças, 144
 - 4 Requisitos da sentença, 145
 - 5 Capítulos de sentença, 147
 - 6 Sentenças líquidas e ilíquidas, 148
 - 7 Vícios da sentença (nulidades), 149
 - 8 Princípio dispositivo e princípio da congruência entre a sentença e o pedido, 150
 - 9 Sentenças *extra*, *infra*, *citra* e *ultra petita*, 151
 - 10 Inadmissibilidade de sentença condicional, 151
 - 11 Conseqüências da nulidade das sentenças, 152

- 12 Intimação e registro da sentença, 152
- 13 Alteração da sentença pelo juiz, 152
- 14 Julgamento imediato de processos repetidos, 153
- Bibliografia específica*, 154

26 COISA JULGADA, 155

- 1 Conceito, 155
- 2 Natureza da coisa julgada, 156
- 3 Limites objetivos da coisa julgada, 156
- 4 Limites subjetivos da coisa julgada, 158
- 5 Processos em que não há coisa julgada material, 159
- 6 Princípio do deduzido e do dedutível, 160
- 7 Relativização da coisa julgada, 161
- Bibliografia específica*, 162

27 RECURSOS (TEORIA GERAL), 164

- 1 Conceito, 164
- 2 Justificativa dos recursos, 164
- 3 Duplo grau de jurisdição, 165
- 4 Natureza jurídica da decisão ou sentença sujeita a recurso, 166
- 5 Princípios que regem os recursos, 167
- 6 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito do recurso, 168
 - 6.1 Noções gerais, 168
 - 6.2 Requisitos de admissibilidade do recurso, 168
- 7 Juízo de mérito do recurso, 170
- 8 Classificação dos recursos, 170
- 9 Efeitos dos recursos, 171
- 10 Recursos admitidos pelo sistema processual civil brasileiro, 175
- 11 Recurso principal e recurso adesivo, 176
- Bibliografia específica*, 177

28 APELAÇÃO, 178

- 1 Conceito, 178
- 2 Matérias que podem ser alegadas na apelação, 179
- 3 Efeitos da apelação. Profundidade do efeito devolutivo, 179
- 4 Prazo, 179

- 5 Processamento, 180
- 6 Fatos e documentos novos na apelação, 180
- 7 Apelação do revel, 181
- 8 Alteração da sentença pelo próprio juiz que a proferiu (juízo de retratação), 181
- 9 Apelação adesiva, 182
- Bibliografia específica*, 182

- 29 AGRAVO, 183
 - 1 Conceito, 183
 - 2 Hipóteses de cabimento, 183
 - 3 Agravo ou apelação?, 184
 - 4 Espécies de agravo, 184
 - 5 Efeito ativo do agravo de instrumento, 188
 - Bibliografia específica*, 188

- 30 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, 189
 - 1 Conceito, 189
 - 2 Natureza e função dos embargos de declaração, 189
 - 3 Hipóteses de cabimento, 190
 - 4 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito nos embargos de declaração, 191
 - 5 Efeitos, 191
 - 6 Procedimento, 192
 - 7 Alteração da decisão no julgamento dos embargos (embargos de declaração com caráter infringente), 192
 - Bibliografia específica*, 193

- 31 EMBARGOS INFRINGENTES, 194
 - 1 Conceito, 194
 - 2 Fundamento e finalidade dos embargos infringentes, 195
 - 3 Critério para avaliação da divergência, 195
 - 4 Divergência entre todos os julgadores da apelação, 196
 - 5 Efeitos, 196
 - 6 Procedimento, 196
 - 7 Embargos infringentes parciais e interposição de recurso especial e

recurso extraordinário, 197

Bibliografia específica, 197

32 RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL, 198

1 Conceito, 198

2 Natureza, 199

3 Efeitos, 199

4 Procedimento, 199

Bibliografia específica, 200

33 RECURSO ESPECIAL, 201

1 Conceito e cabimento, 201

2 Natureza, 203

3 Requisitos exigidos para interposição do recurso especial (juízo de admissibilidade), 203

4 Distinção entre questão de fato e questão de direito, 205

5 Reexame de prova no recurso especial, 205

6 Efeitos do recurso especial, 205

7 Recurso especial retido, 206

8 Processamento do recurso especial, 206

9 Tramitação no tribunal *a quo*, 207

10 Súmulas sobre recurso especial, 208

Bibliografia específica, 208

34 RECURSO EXTRAORDINÁRIO, 210

1 Conceito e denominação, 210

2 Natureza, 211

3 Requisitos, 211

4 Hipóteses de cabimento, 213

5 Processamento, 214

6 Súmulas sobre recurso extraordinário, 215

7 Interposição simultânea do recurso especial e do extraordinário, 215

8 Recurso extraordinário retido, 216

Bibliografia específica, 216

- 35 EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, 217
- 1 Conceito e requisitos, 217
 - 2 Natureza, 217
 - 3 Processamento, 218
- Bibliografia específica*, 218
- 36 PODERES DO RELATOR NA RECENTE REFORMA PROCESSUAL, 219
- 1 Introdução, 219
 - 2 Análise da Lei nº 9.756/98, 219
 - 3 Natureza dos poderes conferidos ao relator, 221
- Bibliografia específica*, 222
- 37 UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, 223
- 1 Considerações gerais, 223
 - 2 Incidente recursal previsto no art. 555, § 1º, do CPC, 223
 - 3 Incidente de uniformização de jurisprudência, 224
- Bibliografia específica*, 225
- 38 TUTELA CAUTELAR E TUTELA ANTECIPADA NOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO, 226
- 1 Conceito, 226
 - 2 Tutela cautelar nos recursos excepcionais, 226
 - 3 Tutela antecipada nos recursos excepcionais, 228
- Bibliografia específica*, 229
- 39 AÇÃO RESCISÓRIA, 230
- 1 Conceito, 230
 - 2 Natureza, 230
 - 3 Objeto, 231
 - 4 Hipóteses, 232
 - 5 Juízo rescindendo e juízo rescisório (*ius rescindens* e *ius rescissorium*), 238
 - 6 Procedimento da ação rescisória, 239
 - 7 Suspensão da execução em razão da ação rescisória, 240
- Bibliografia específica*, 241

Bibliografia geral, 243

Índice remissivo, 253



Sumário

Parte I – Teoria Geral da Execução Civil, 1

1 TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO CIVIL, 3

- 1 Processo de conhecimento. A liquidação de sentença como fase do processo de conhecimento. Considerações preambulares sobre a execução civil (cumprimento da sentença e processo de execução de títulos extrajudiciais), 3
 - 1.1 Atividades cognitiva, cautelar e executiva, 3
 - 1.2 A liquidação de sentença como fase do processo de conhecimento, 4
 - 1.3 Conceito de liquidação, 4
 - 1.4 Natureza da liquidação de sentença, 5
 - 1.5 Espécies de liquidação, 5
 - 1.5.1 Considerações gerais, 5
 - 1.5.2 Apuração do valor devido por simples operações aritméticas, 5
 - 1.5.3 Liquidação por arbitramento, 6
 - 1.5.4 Liquidação por artigos, 7
 - 1.6 Princípio da fidelidade da liquidação ao título executivo, 8
 - 1.7 Execução de título extrajudicial, 8
 - 1.8 Tutela monitória, 9
- 2 As atividades cognitiva, cautelar e executiva não constituem compartimentos estanques, 9
- 3 Princípios que regem a execução civil, 10
- 4 Natureza da execução civil, 13

Bibliografia específica, 14

- 2 AÇÃO DE EXECUÇÃO E PROCESSO DE EXECUÇÃO, 17
 - 1 Considerações gerais, 17
 - 2 Pressupostos processuais da execução civil, 18
 - 3 Condições da ação de execução, 18
 - 4 Mérito da execução, 19

Bibliografia específica, 20

- 3 LEGITIMAÇÃO ATIVA E PASSIVA NA EXECUÇÃO. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, 21
 - 1 Legitimação ativa, 21
 - 2 Legitimação passiva, 21
 - 3 Litisconsórcio, 22
 - 4 Intervenção de terceiros, 23

Bibliografia específica, 24

- 4 COMPETÊNCIA, 25
 - 1 Generalidades, 25
 - 2 Regra de competência no cumprimento da sentença, 25
 - 3 Regras de competência na execução de título extrajudicial, 26

Bibliografia específica, 27

- 5 TÍTULO EXECUTIVO, 28
 - 1 Conceito de *título executivo*, 28
 - 2 Natureza, 28
 - 3 Requisitos do título executivo, 29
 - 4 Completude do título executivo, 30
 - 5 Espécies, 30
 - 6 Títulos executivos judiciais, 30
 - 7 Títulos executivos extrajudiciais, 35
 - 7.1 Conceito, 35
 - 7.2 Espécies, 36

Bibliografia específica, 39

- 6 EXECUÇÃO PROVISÓRIA E EXECUÇÃO DEFINITIVA, 41
 - 1 Generalidades, 41
 - 2 Características da execução provisória, 42
 - 3 Hipóteses de execução provisória, 42

Bibliografia específica, 43

- 7 RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL. FRAUDE DE EXECUÇÃO, 44
- 1 Considerações gerais, 44
 - 2 A regra geral sobre responsabilidade patrimonial (art. 591 do CPC), 44
 - 3 Sujeição, à execução, dos bens do sucessor, do sócio, do cônjuge, do fiador e do espólio, 45
 - 4 Fraude de execução, 46
 - 4.1 Conceito de fraude, 46
 - 4.2 Fraude contra credores e fraude de execução, 46
 - 4.3 Hipóteses de fraude de execução, 47
 - 4.4 Fraude de execução na hipótese de alienação ou oneração de bem penhorado, 47
 - 4.5 Proteção ao terceiro de boa-fé sob o prisma constitucional, 48
 - 4.6 Outras hipóteses de fraude de execução, 49
- Bibliografia específica, 49*
- 8 ATOS ATENTATÓRIOS À DIGNIDADE DA JUSTIÇA, 50
- Bibliografia específica, 51*
- 9 PRESCRIÇÃO NA EXECUÇÃO (PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE), 52
- 1 Conceito de prescrição, 52
 - 2 Prescrição na execução (prescrição intercorrente), 53
- Bibliografia específica, 54*

Parte II – Cumprimento da Sentença, 57

- 10 CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, 59
- 1 Considerações gerais, 59
 - 2 A reforma efetuada pela Lei 11.232/2005, 60
 - 3 Cumprimento da sentença nas obrigações de fazer e de não fazer, 60
 - 3.1 Considerações gerais, 60
 - 3.2 O art. 461 do CPC, 61
 - 3.3 Antecipação da tutela específica, 61
 - 3.4 Tutela específica nas obrigações de declaração da vontade, 62
 - 4 Cumprimento da sentença nas obrigações de entrega de coisa, 64
 - 5 Cumprimento da sentença na hipótese de obrigação por quantia certa, 65
 - 5.1 Procedimento, 65
 - 5.2 Impugnação do devedor, 68
 - 5.2.1 Natureza da impugnação, 68
 - 5.2.2 Objeto da impugnação, 70

5.2.3 Exclusão do efeito suspensivo, 72

Bibliografia específica, 73

Parte III – Processo de Execução de Títulos Extrajudiciais, 79

11 PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS, 81

- 1 Considerações gerais, 81
- 2 Procedimento, 81
 - 2.1 Início do processo executivo, 81
 - 2.2 Honorários advocatícios, 82
 - 2.3 Da penhora e do depósito, 82
 - 2.3.1 Conceito de penhora, 82
 - 2.3.2 Impenhorabilidade absoluta e impenhorabilidade relativa, 83
 - 2.3.3 Impenhorabilidade de imóvel residencial, 84
 - 2.3.4 Ordem legal para a efetivação da penhora, 85
 - 2.3.5 Como se efetua a penhora, 85
 - 2.3.6 Intimação da penhora ao executado, 86
 - 2.3.7 Depósito dos bens penhorados, 87
 - 2.3.8 Efeitos da penhora, 87
 - 2.3.9 Reforço, redução e substituição da penhora, 88
- 3 Avaliação, 88
- 4 Expropriação de bens. Adjudicação. Alienação por iniciativa particular. Arrematação, 88
 - 4.1 Expropriação de bens, 88
 - 4.2 Adjudicação, 89
 - 4.3 Alienação por iniciativa particular, 90
 - 4.4 Arrematação, 91
 - 4.4.1 Forma da licitação, 92
 - 4.4.2 Legitimidade para oferecer lance, 92
 - 4.4.3 Segunda praça ou segundo leilão, 93
 - 4.4.4 Lance vil, 93
 - 4.4.5 Aperfeiçoamento da arrematação, 94
 - 4.4.6 Efeitos da arrematação, 94
 - 4.4.7 Desconstituição da arrematação, 95
- 5 Pagamento ao exequente, 95
- 6 Concurso de preferências, 96
- 7 Insuficiência dos bens, 96
- 8 Pagamento por usufruto de móvel ou imóvel, 97

Bibliografia específica, 97

12 EMBARGOS DO EXECUTADO, 101

- 1 Conceito e natureza, 101
 - 2 Objeto, 102
 - 3 Legitimação ativa e passiva, 102
 - 4 Parcelamento do débito, 102
 - 5 Competência, 103
 - 6 Prazo, 103
 - 7 Desnecessidade de penhora para ajuizamento dos embargos, 104
 - 8 Exclusão do efeito suspensivo dos embargos, 104
 - 9 Rejeição liminar dos embargos, 105
 - 10 Procedimento, 105
 - 11 Embargos à arrematação, à alienação e à adjudicação, 106
- Bibliografia específica, 106*

13 OUTRAS FORMAS DE DEFESA DO EXECUTADO, 108

- 1 Considerações gerais, 108
 - 2 Exceção e objeção de pré-executividade, 108
 - 2.1 Denominação e conceito, 108
 - 2.2 Natureza, 109
 - 2.3 Julgamento da exceção de pré-executividade, 109
 - 2.4 Honorários na exceção de pré-executividade, 109
 - 3 Defesa do executado por meio de ações autônomas, 110
- Bibliografia específica, 111*

14 EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, 112

- 1 Considerações gerais, 112
 - 2 Embargos à execução contra a Fazenda Pública, 113
- Bibliografia específica, 113*

15 EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA, 114

16 EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE, 116

- 1 Considerações gerais, 116
- 2 Necessidade de prévia declaração da insolvência, 116

Parte IV – Teoria Geral do Processo Cautelar, 119

- 17 TEORIA GERAL DO PROCESSO CAUTELAR, 121
 - 1 Considerações gerais, 121
 - 2 Conceito de tutela cautelar, 121
 - 3 Natureza e características, 122
 - 4 Condições da ação cautelar, 124
 - 5 Intervenção de terceiros, 124
 - 6 Mérito, 125
 - 7 Espécies, 125
 - 8 Poder geral de cautela, 125
 - 8.1 Conceito e natureza, 125
 - 8.2 Limites do poder geral de cautela, 127
 - 8.2.1 Conceito, 127
 - 8.2.2 Pretendido caráter discricionário do poder geral de cautela, 127
 - 9 Medida cautelar inominada para suspender execução de sentença, 128
 - 10 Diferença entre a tutela cautelar e a tutela antecipada, 130
 - 11 Fungibilidade, 131
 - 12 Competência. Prevenção, 132
 - 12.1 Regra geral de competência na ação cautelar, 132
 - 12.2 Competência na medida cautelar interposta para agregar efeito suspensivo a recurso especial ou extraordinário, 133
 - 13 Procedimento, 133
 - 13.1 Petição inicial, 133
 - 13.2 Cumulação do pedido cautelar com o pedido principal, 134
 - 13.3 Citação e contestação. Instrução probatória, 134
 - 13.3.1 Citação e contestação, 134
 - 13.3.2 Provas, 135
 - 13.4 Medida liminar, 135
 - 13.4.1 Conceito, 135
 - 13.4.2 Concessão da liminar *inaudita altera parte*, 136
 - 13.4.3 Audiência de justificação, 136
 - 13.4.4 Citação e contestação, 136
 - 13.4.5 Liminar e contracautela, 136
 - 13.4.6 Eficácia imediata da liminar e duração da medida, 137
 - 13.4.7 Cessaçãõ da eficácia da liminar, 138
 - 13.5 Sentença, 138
 - 13.6 Honorários advocatícios, 139

- 13.7 Coisa julgada, 139
- 13.8 Substituição da medida cautelar (fungibilidade), 140
- 13.9 Prazo para a propositura da ação principal, 140
- 13.10 Possibilidade de propositura da ação principal mesmo na hipótese de indeferimento da cautelar, 140
- 13.11 Responsabilidade pelo dano decorrente da efetivação da cautelar, 141
- Bibliografia específica*, 141

Parte V – Ações Cautelares Específicas, 145

- 18 ARRESTO, 147
 - 1 Conceito, 147
 - 2 Conceito de prova literal de dívida líquida e certa, 147
 - 3 Situações previstas no art. 813 que justificam o arresto, 148
 - 4 Procedimento, 149
 - Bibliografia específica*, 149
- 19 SEQÜESTRO, 150
 - Bibliografia específica*, 151
- 20 CAUÇÃO, 152
 - Bibliografia específica*, 153
- 21 BUSCA E APREENSÃO, 154
 - Bibliografia específica*, 155
- 22 AÇÃO DE EXIBIÇÃO, 156
 - 1 Conceito, 156
 - 2 Objeto, 157
 - 3 Procedimento, 157
 - Bibliografia específica*, 158
- 23 PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA, 159
 - 1 Conceito, 159
 - 2 Natureza, 159
 - 3 Espécies, 160
 - 4 Requisitos da antecipação, 160
 - 5 Procedimento, 160
 - 6 Valoração da prova antecipada, 161

7 Homologação da prova antecipada e destino dos autos, 161

8 Eficácia da prova antecipada, 161

Bibliografia específica, 161

24 ALIMENTOS PROVISIONAIS, 163

1 Conceito, 163

2 Natureza, 163

3 Espécies, 163

4 Concessão sem ouvir o réu (*inaudita altera parte*), 165

5 Procedimento, 165

6 Impossibilidade de cumulação dos alimentos provisionais com os provisórios, 165

7 Execução dos alimentos provisionais, 165

Bibliografia específica, 166

25 ARROLAMENTO DE BENS, 167

1 Conceito, 167

2 Natureza, 167

3 Legitimidade, 168

4 Hipóteses de cabimento, 168

5 Procedimento, 168

6 Arrolamento com caráter construtivo, 168

Bibliografia específica, 169

26 JUSTIFICAÇÃO, 170

1 Conceito, 170

2 Natureza, 170

3 Requisitos, 170

4 Procedimento, 171

5 Valor probante da justificação, 171

27 PROTESTO, NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO, 172

1 Conceito e natureza, 172

2 Efeitos, 172

3 Hipóteses particulares, 173

4 Procedimento, 173

Bibliografia específica, 174

28 HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL, 175

- 1 Conceito, 175
- 2 Procedimento, 176

Bibliografia específica, 176

29 DA POSSE EM NOME DE NASCITURO, 177

- 1 Conceito, 177
- 2 Natureza, 177
- 3 Procedimento, 178

Bibliografia específica, 178

30 ATENTADO, 179

- 1 Conceito, 179
- 2 Natureza, 179
- 3 Hipóteses, 179
- 4 Efeitos, 180
- 5 Caráter incidental do atentado, 180
- 6 Competência, 180
- 7 Procedimento, 180
- 8 Sentença, 181

Bibliografia específica, 181

31 PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS, 182

Bibliografia específica, 183

32 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS, 184

- 1 Considerações gerais, 184
- 2 As medidas previstas no art. 888 do CPC, 184

Bibliografia específica, 187

Bibliografia geral, 189

Índice remissivo, 199